



Eunício garante rapidez para mudar reforma trabalhista

Medida provisória editada na terça-feira faz parte do acordo firmado entre Planalto e Senado antes da votação da reforma, aprovada em julho

A medida provisória com a qual o governo pretende alterar pontos polêmicos da reforma trabalhista foi publicada na terça-feira em edição extraordinária do *Diário Oficial da União*. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, prometeu dar prioridade à análise da

medida provisória e disse que ela é importante porque entra em vigor imediatamente, visto que a lei aprovada “estava um pouco capenga”.

O anúncio de que o texto estava prestes a ser publicado havia sido feito horas antes por Eunício, em entrevista coletiva no Palácio do

Planalto. Ele defendeu o uso da medida provisória nesse caso específico e elogiou a atitude do Poder Executivo de editar o texto, resultado de um acordo entre o Senado e o Planalto quando aconteceu a aprovação do projeto pelos senadores, em julho. **3**

Senado recebe relatório do TCU sobre obras com irregularidade

O Tribunal de Contas da União (TCU) entregou ao Senado o relatório de fiscalização de obras referente a 2017. O documento traz a avaliação de 94 obras auditadas, das quais 72 apresentaram irregularidades graves. Ao receber o relatório, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu mudan-

ças na legislação para que o TCU possa ter uma ação mais efetiva no controle das obras com irregularidades. Segundo ele, o próprio TCU deveria poder, dependendo do resultado da fiscalização, afastar gestores ou intervir na obra. O relatório será agora analisado pela Comissão Mista de Orçamento. **2**

Eunício (C) conversa com o presidente do TCU, ministro Raimundo Carreiro (E), e o ministro Vital do Rêgo



Marcos Brambilla/Senado Federal

Países europeus destinam verbas para Amazônia

Durante o evento Amazon Bonn Day, na Alemanha, terça-feira, governadores dos estados da Amazônia e senadores brasileiros participaram da assinatura de um acordo de cooperação que prevê a doação de 100

milhões de euros pelos governos da Alemanha e do Reino Unido. A anunciada redução do desmatamento no Brasil em 16% entre agosto de 2016 e julho de 2017 ajudou o país a conquistar recursos internacionais. **4**



Jorge Viana fala em assinatura de acordo de cooperação entre Alemanha, Reino Unido e estados da Amazônia

Proposta sobre transferências do BC para o Tesouro vai a votação

A Comissão de Assuntos Econômicos pode votar na terça-feira o projeto que altera a relação financeira entre a União e o Banco Central. O projeto impede que o Banco Central transfira automaticamente para o Tesouro o resultado de operações cambiais. O parecer de Tasso Jereissati é pela aprovação. **4**

Comissão discute reconhecimento do forró como bem imaterial do país

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo faz audiência pública na segunda-feira, em João Pessoa, para discutir a possibilidade de o forró ser reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro. O pedido de realização do debate foi da presidente da comissão, Fátima Bezerra. **4**

HÁ 30 ANOS

Colegiado faz últimas mudanças no projeto de Constituição **4**



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.

SIGA BRASIL
Painéis

TCU entrega relatório sobre obras com irregularidades

Ao receber avaliação de 94 empreendimentos com irregularidades, presidente do Senado defendeu mudanças na legislação para que o próprio TCU possa afastar gestores ou intervir nas obras

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, defendeu na terça-feira mudança na legislação para que o Tribunal de Contas da União (TCU) possa ter ação mais efetiva no controle de obras com irregularidades graves no Brasil. A sugestão foi feita durante a entrega do relatório anual de consolidação das fiscalizações de obras (Fiscobras) 2017, pelos ministros Raimundo Carreiro, presidente do TCU, e Vital do Rêgo, relator.

— Fazer uma legislação para dizer o seguinte: tem uma denúncia, o TCU, em 90 dias, analisa e, dependendo do resultado da fiscalização, o próprio TCU afasta os gestores e faz uma intervenção na obra. O relatório é importante, mas estagnou — afirmou Eunício.

O Fiscobras 2017 traz a avaliação de 94 obras auditadas. Em 72 delas, o TCU encontrou indícios de irregularidades graves, o que corresponde a 76,5% do total. Os problemas mais recorrentes foram: projeto inexistente, deficiente ou desatualizado, sobrepreço ou superfaturamento. Das 72 obras com irregularidades gra-



Ministro do TCU Vital do Rêgo explica que CMO pode paralisar obras

ves, 11 receberam indicativo de paralisação. A recomendação de paralisação não se aplica à totalidade da obra, mas aos contratos fiscalizados.

Análise

O documento do TCU vai ser encaminhado agora à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para que os parlamentares decidam sobre a destinação ou o bloqueio de recursos aos contratos auditados na Lei Orçamentária Anual de 2018.

— A Comissão Mista de Orçamento tem um comitê específico para definir a so-

brevivência, a paralisação ou a manutenção dessas obras com indícios de irregularidades ou não auditadas pelo TCU — explicou Vital do Rêgo. As dotações orçamentárias das obras fiscalizadas somam R\$ 26,2 bilhões, o que corresponde a 32,29% dos valores destinados a obras na Lei Orçamentária Anual de 2017. Segundo os cálculos do TCU, as medidas de correção propostas significam uma economia potencial de R\$ 3,5 bilhões aos cofres públicos.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Randolfe destaca trabalho de capacitação do Interlegis

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) destacou o trabalho desenvolvido pelo Interlegis, programa capitaneado pelo Senado para capacitar e modernizar câmaras municipais e assembleias legislativas.



Gerônimo Magalhães/Agência Senado

Entre os dias 6 e 10, o Interlegis ofereceu em Macapá oficinas aos servidores de 14 câmaras municipais do Amapá. Eles foram capacitados a utilizar ferramentas desenvolvidas por técnicos do Interlegis e que são disponibilizadas gratuitamente para as Casas legislativas.

Randolfe agradeceu o apoio do presidente da Casa, Eunício Oliveira, e dos servidores do Senado que participaram do evento em Macapá.

— Há 20 anos o Interlegis tem apoiado câmaras e, não tenho dúvidas, que é o maior programa de capacitação de Casas legislativas não só do Brasil, mas também da América Latina.

João Alberto saúda 80 anos da Assembleia de Deus de Bacabal

João Alberto Souza (PMDB-MA) fez uma homenagem à igreja Assembleia de Deus da cidade maranhense de Bacabal pelos 80 anos de atuação. Para o senador, os pastores e obreiros dessa igreja tradicionalmente cumpriram um relevante papel social no município, que continua em vigor, ligado à orientação espiritual e à união entre os fiéis.



Gerônimo Magalhães/Agência Senado

João Alberto citou diversos dos líderes da igreja na cidade, destacando que os considera “amigos pessoais”. O senador lembrou que, quando foi governador, na década de 90, teve nessa igreja uma parceira.

— Entidades como a Fundação Educativa Nova Aliança beneficiam diretamente milhares de crianças de regiões menos favorecidas em Bacabal. É um trabalho inestimável, que enche de esperança tantas famílias.

Telmário defende derrubada de veto ao uso de armas por agentes de trânsito

O veto do presidente Temer ao projeto que garantia o porte de arma para agentes de trânsito foi criticado por Telmário Mota (PTB-RR). O senador defendeu a rejeição do veto pelo Congresso. Ele informou que recebeu, na terça-feira, representantes da categoria de diferentes estados para tratar do tema.



Gerônimo Magalhães/Agência Senado

Telmário alertou para os

riscos por que passam os profissionais nas ruas e ressaltou que é necessário fornecer treinamento e estabelecer exigências a serem cumpridas antes de o porte de arma ser autorizado.

— Normalmente a PM é deslocada para dar proteção a esses agentes. Na verdade, esse desarmamento no Brasil só fortaleceu os bandidos.

Paulo Rocha quer desenvolvimento para o Pará com melhor distribuição de renda

Paulo Rocha (PT-PA) propôs novo modelo de desenvolvimento para o Pará que combine preservação com incentivo à produção. Segundo ele, o estado adota um modelo pautado apenas em grandes projetos, como agropecuária e mineração, o que não ajuda na distribuição de renda.



Gerônimo Magalhães/Agência Senado

— É uma visão apenas de estado exportador. Todas as

nossas riquezas, até o boi é vendido vivo para exportação. É um modelo que não desenvolve o estado.

O senador citou experiências de projetos no Acre, no Piauí e na Bahia, com a participação do estado, da iniciativa privada e de pequenos e médios produtores. Essas iniciativas, disse, ajudam a reduzir desigualdades regionais.

Roberto Muniz elogia acordo para financiar audiovisual em três regiões

Roberto Muniz (PP-BA) aplaudiu a celebração de um acordo para que o Banco do Nordeste (BNB) seja o agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na segunda-feira, foi assinado um protocolo de intenções do banco com a Agência Nacional do Cinema



Gerônimo Magalhães/Agência Senado

(Ancine) e o BNDES.

Segundo o senador, a participação do Nordeste nos aportes do FSA aumentou de 1% para 13% entre 2010 e 2016.

— Isso mostra a força da cultura do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Com uma educação de qualidade, pode ser um marco de um futuro melhor para a juventude.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Eunício anuncia rapidez para MP do trabalho

Para o presidente do Senado, nova medida provisória editada pelo governo vai complementar a reforma trabalhista aprovada em julho pelo Congresso Nacional

O PRESIDENTE DA República, Michel Temer, assinou medida provisória para complementar pontos da reforma trabalhista, que entrou em vigor no sábado. A informação havia sido dada horas antes pelo presidente da Senado, Eunício Oliveira, durante entrevista no Palácio do Planalto. A medida foi publicada na terça-feira numa edição extraordinária do *Diário Oficial da União*, conforme o presidente do Senado havia previsto.

Eunício reconheceu que projetos de lei valorizam o debate no Congresso Nacional, mas defendeu o uso de medida provisória nesse caso específico. Na opinião dele, é importante que se cumpra o acordo firmado entre o Senado e o Planalto na votação do PLC 38/2017, aprovado e sancionado pelo presidente da República como a Lei 13.467/2017. Eunício disse ainda que pretende dar andamento rápido à medida provisória.

— É importante que seja medida provisória. Primeiro, cumpre-se um acordo. Segundo, é que a lei trabalhista que entrou em vigor estava



Na opinião de Eunício Oliveira, atitude do Executivo é importante porque cumpre o que havia sido acordado

um pouco capenga, porque tinha um acordo e uma pendência. Como a medida provisória entra em vigor de imediato, ela complementa o que foi acordado e finalizado no Congresso em matéria de lei trabalhista — afirmou o senador.

Durante a votação do projeto que mudou a Consolidação

das Leis do Trabalho (CLT), o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), negociou com a própria base para que o Senado acatasse o texto como saiu da Câmara dos Deputados.

Pontos polêmicos, como o que permite o trabalho de grávidas em atividades insalubres, seriam vetados e uma

legislação complementar viria por medida provisória. Mas até agora o governo não havia sinalizado nenhuma iniciativa nesse sentido.

Segurança

Mais cedo, questionado sobre as prioridades da Casa até o fim do ano, Eunício defendeu que o foco dos senadores

seja voltado para questões de segurança pública e para o crescimento da economia.

A intenção é fazer uma espécie de esforço concentrado para votar propostas desses dois setores. Só sobre segurança, disse Eunício, há cerca de 20 projetos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que podem ser votados rapidamente, sem contar os que vieram da Câmara dos Deputados. Se precisar, afirmou Eunício, a análise pode ser acelerada, com parecer dado no próprio Plenário.

— Temos cinco ou seis semanas [até o recesso], para que a gente faça uma semana sobre pauta de segurança pública, votar vários projetos, até os que tenham vindo da Câmara, que a gente possa dar parecer em Plenário. Não tenho essa vaidade de “veio da Câmara ou do Senado”, essa é uma pauta do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, tem que beneficiar é a população brasileira. Essas duas pautas, da segurança e da economia, são duas pautas que quero fazer este ano — informou o presidente do Senado.



Mudanças tiram direitos dos trabalhadores, diz Ângela

Ângela Portela (PDT-RR) voltou a criticar a reforma trabalhista. Para ela, a reforma é um dos projetos mais “cruéis e retrógrados” do governo e retirou direitos que eram conquistas históricas dos trabalhadores.

A pior das mudanças, na visão da senadora, foi a criação da jornada intermitente. Com ela, é possível contratar pessoas para trabalhar somente quando necessário e os empregadores vão pagar apenas pelo período em que os serviços foram prestados.

— É evidente que a reforma não foi pensada para beneficiar os trabalhadores. Essas vantagens foram direcionadas em benefício dos grandes empresários.



Cristovam cita artigo de Temer e pede novos rumos ao Brasil

Cristovam Buarque (PPS-DF) comentou artigo do presidente Michel Temer publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado “O Brasil voltou aos trilhos”. Embora reconheça a melhoria dos indicadores, o senador afirmou que isso é insuficiente para o futuro do país:

— Não podemos só voltar aos trilhos. Temos que trazer um rumo novo para o país.

Os candidatos à eleição presidencial de 2018, em seu entender, precisam de uma visão de longo prazo, que considere uma economia em que o PIB seja alto, a produtividade elevada e os bens exportados não sejam apenas primários, mas de alta tecnologia.



Sérgio de Castro critica rigidez orçamentária aplicada no país

Sérgio de Castro (PDT-ES) criticou a rigidez orçamentária do país, modelo em que as despesas obrigatórias consomem quase a totalidade das receitas. Ele afirmou que o Brasil é “campeão do mundo” em rigidez dos gastos, com mais de 90% das despesas enquadradas como obrigatórias. O levantamento do *Valor Econômico* indica que o percentual é inferior a 20% no Chile e no Uruguai, e corresponde a menos de 60% no México.

— Em momento de crise, pode ser necessário que se façam cortes de despesas, como qualquer família faria. Mas, se todas as despesas são obrigatórias, o que pode ser cortado? — indagou.



José Agripino elogia possível venda da Eletrobras

José Agripino (DEM-RN) reafirmou apoio à privatização da Eletrobras.

— Por razões de ordem pragmática ou prática, sou favorável ao processo de privatização da Eletrobras como forma de a União, que não tem dinheiro para atender às provisões de energia elétrica ou às despesas com educação, saúde, segurança, bem-estar social e habitação, dispor de capital para isso.

O senador aproveitou para chamar a atenção sobre um problema do Rio Grande do Norte, maior produtor de energia eólica do Brasil. Segundo ele, o estado tem dificuldade de expandir sua produção por deficiência de infraestrutura.



Fundo Especial de Campanha só tem piso, alerta Ataídes Oliveira

Relator de Receitas do Orçamento para 2018, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), afirmou ter ficado “estarcido” ao atentar para o fato de que o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, da forma como foi aprovado pelo Congresso, não possui um teto de gastos, mas apenas um piso.

O senador observou que os recursos nem sequer estão vinculados às emendas, podendo ser retirados de qualquer outra área do orçamento, inclusive das sociais. Ele lamentou que a população não esteja ciente do que é o fundo e criticou a aprovação da lei, que entende ter sido feita “às pressas” para valer para as próximas eleições.



Flexa Ribeiro cobra votação de MPs sobre mineração

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou que a Câmara dos Deputados inclua na pauta as Medidas Provisórias (MPs) 789/2017, 790/2017 e 791/2017, que alteram o marco regulatório da mineração. As três foram encaminhadas à Câmara no final de outubro. Caso não sejam apreciadas pelas duas Casas até o dia 28, perderão eficácia.

Segundo o senador, as três MPs farão o setor mineral “gerar muito mais riqueza, de forma socialmente responsável e ambientalmente sustentável”.

— Enganam-se os que temem a mineração. A exemplo do Canadá e da Austrália, ela pode se tornar um vetor de desenvolvimento.

Acordo assinado em Bonn destina à região 100 milhões de euros, doados pelos governos da Alemanha e do Reino Unido. Recursos deverão ser usados em preservação

Estados da Amazônia recebem verba na COP-23

Paula Groba, da Rádio Senado, de Bonn, na Alemanha

A ANUNCIADA REDUÇÃO do desmatamento no Brasil em 16% entre agosto de 2016 e julho de 2017 ajudou o país a conquistar recursos internacionais. Durante o evento Amazon Bonn Day, na Alemanha, na terça-feira, governadores dos estados da Amazônia e senadores brasileiros participaram da assinatura de acordo de cooperação que prevê a doação de 100 milhões de euros pelos governos da Alemanha e do Reino Unido. O evento integrou a Conferência do Clima da ONU (COP-23).

Acre e Mato Grosso vão receber cerca de 70 milhões de euros por terem projetos na área ambiental aprovados pelos países europeus. Mas todos os estados da Amazônia poderão ter financiamentos de projetos de preservação financiados pelo Fundo da Amazônia. O fundo recebeu mais 30 milhões de euros da Alemanha, direcionados exclusivamente para ações de preservação da Floresta Amazônica e desenvolvimento das comunidades da floresta, caso dos povos indígenas.

O cacique Raoni, líder indígena brasileiro da etnia caiapó,

esteve no evento e reforçou a necessidade de proteção das comunidades indígenas, que agem como guardiãs da floresta. O senador Jorge Viana (PT-AC), que representou o Acre — um dos estados beneficiados por preservar a Amazônia —, afirma que parcerias como essas são fundamentais para o desenvolvimento e apoio a comunidades indígenas.

— Esses recursos são doações diretas que estamos recebendo que vão chegar diretamente às populações indígenas e também para o que chamamos de economia solidária das populações extrativistas — disse o senador, ressaltando que a verba será usada no combate ao desmatamento e na diminuição da desigualdade e da pobreza na região.

Produzir e preservar

O governador do Pará, Simão Jatene, disse que todos os estados da Amazônia devem se unir em defesa da região:

— O Brasil e o mundo devem compreender a Amazônia em outra dimensão. A Amazônia tem sido fértil na produção de mitos. E isso termina levando a uma armadilha. Na Amazônia, você tem que fazer a opção por produzir ou preservar. É uma armadilha extremamente

perigosa, porque na Amazônia nós temos necessariamente que produzir conservando.

Acordos de cooperação como esses, que fortalecem as comunidades tradicionais, têm cada vez mais atraído outros países e já chamam a atenção de bancos que priorizam projetos de combate à pobreza e de preservação ambiental, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. Os recursos serão disponibilizados imediatamente.



Senadores Vanessa Grazziotin (E), Jorge Viana e Davi Alcolumbre em Bonn

Hospitalizada, Kátia Abreu não participará de evento

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) foi hospitalizada na terça-feira na cidade alemã de Colônia, onde participaria da COP-23. A parlamentar sofreu um corte na camada externa da córnea (epitélio da córnea) devido ao uso prolongado de lentes de contato durante o voo.

Kátia Abreu está medicada, passa bem e já deixou o hospital onde foi atendida. Precisar, porém, guardar repouso absoluto de três dias para completa cicatrização, sem andar nem abrir ou mexer os olhos. Por esse motivo,



Senadora sofreu um corte na camada externa da córnea

não poderá participar das atividades da COP-23.

A senadora permanecerá em Colônia durante os três dias de repouso e espera re-

ceber liberação dos médicos a tempo de viajar aos Estados Unidos, onde foi convidada a participar do encontro de altas autoridades brasileiras, sobre gestão pública. O evento é realizado pela Fundação Jorge Lemann em parceria com as Universidades Yale e Oxford, de 19 a 21 de novembro.

Kátia Abreu chegou a Colônia na segunda e ficaria até sexta-feira na companhia dos demais senadores e deputados da missão parlamentar brasileira na COP-23, que está sendo realizada em Bonn, cidade vizinha.

Comissão pode votar “empréstimo oculto” do BC para a União

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar na terça-feira o projeto que altera a relação financeira entre a União e o Banco Central (BC).

O PLS 314/2017 impede que o Banco Central transfira automaticamente ao Tesouro o resultado de operações cambiais. Hoje os lucros são repassados em dinheiro ao Tesouro. Já prejuízos são cobertos com a emissão de títulos.

O autor do projeto, senador licenciado Ricardo Ferraço (PSDB-ES), explica na justificativa que há uma distorção na

compensação. Segundo ele, as operações cambiais são muito voláteis, em função da oscilação da moeda. Ao repassar lucros em dinheiro e receber prejuízos sob forma de títulos, o BC acaba emprestando ao Tesouro, o que é vedado pela Constituição.

O relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que é presidente da comissão, é pela aprovação do projeto, com emendas. Para ele, a medida pode tornar mais realistas as contas públicas

“A acumulação de recursos oriundos da volatilidade do

resultado do Banco Central gera falsa percepção de elevação do patrimônio da União, desestimulando a manutenção de política fiscal que vise ao controle do déficit e da dívida pública”, explica Tasso.

Se aprovado, o projeto segue para a Câmara, caso não haja recurso para votação no Plenário.

Tarifa de água

A CAE pode votar ainda o projeto que cria a tarifa social de água e esgoto e concede desconto de 20% a 40% para

pessoas com baixa renda. Eduardo Braga (PMDB-AM) é autor do PLS 505/2013. José Pimentel (PT-CE) é o relator substituto.

Também está na pauta o projeto que regula repasses federais aos estados, Distrito Federal e municípios para apoio às ações de defesa agropecuária. O PLS 379/2016, de Roberto Muniz (PP-BA), prevê a partilha de 80% dos recursos, enquanto os 20% restantes serão distribuídos a critério do Ministério da Agricultura para compensar o custeio de

emergências sanitárias. O relator é Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Os senadores também devem analisar a proposta que isenta os serviços públicos de emergência e segurança pública do pagamento de taxas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). O PLS 15/2017, do senador Lasier Martins (PSD-RS), é relatado por Eduardo Braga.

A CAE pode votar ainda o PLC 99/2017, que cria novas taxas para os cartórios do DF. O relatório é de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Proteção da cultura do forró será debatida na PB

A possibilidade da cultura do forró ser reconhecida como patrimônio imaterial brasileiro será debatida em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) na segunda-feira em João Pessoa, na Paraíba. Na audiência serão discutidas as formas de preservação dos ritmos tradicionais do forró. O pedido de realização do debate foi da presidente da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN).

De acordo com a senadora, o forró tem grande importância

no desenvolvimento da Região Nordeste, principalmente por contribuir para a realização das conhecidas festas juninas, ou festas de São João, gerando impacto socioeconômico e cultural para o povo nordestino

Para participar da audiência pública, foram convidados os secretários de Cultura de quase todos os estados da Região Nordeste, além da presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste, Joana Alves; da presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artís-

tico Nacional, Kátia Bogéa; da pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca, coordenadora do Fórum Forró de Raiz; e do cantor Cícero Pereira de Souza, conhecido como Santanna, o Cantador.

A audiência, marcada para às 9h, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira, no Espaço Cultural José Lins do Rego, fará parte da programação do Encontro Nacional de Forrozeiros, que ocorre em João Pessoa de segunda a quarta-feira. As inscrições para o evento são gratuitas.

HÁ 30 ANOS

Comissão finaliza substitutivo ao projeto de Constituição

Em 16 de novembro de 1987, o *Jornal da Constituinte* informou que naquele mês seria concluído o substitutivo da Comissão de Sistematização ao projeto de Constituição. Encerrado o trabalho no colegiado, “as ideias ganham um formato mais claro e vão ao Plenário, onde os constituintes poderão opinar sobre como será o novo modelo político, social, econômico e cultural do país”, dizia a publicação da Assembleia Nacional Constituinte.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte25>